



EM BUSCA DE HISTÓRIA DA MULHER GUINEENSE: PERSPECTIVA DE GÊNERO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU (1973-2018)

Dina Julce Cadia Lopes¹
Ricardo Ossago De Carvalho²

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como proposta do objeto, busca da história da mulher guineense: perspectiva de gênero na formação social do estado da Guiné-Bissau(1973-2018). Pressupõe-se a questão do gênero na formação do estado guineense deixou e ainda deixa a desejar. O trabalho tem como o fito, compreender a história da mulher guineense sob perspectiva de gênero na formação social do Estado da Guiné-Bissau (1973-2018) uma vez que as discussões sobre o tema é quase que inexpressivas na literatura Bissau-guineense. Com isso o estudo visa apolar-se o método qualitativo de caráter bibliográfico que se debruça a questão em discussão. Perante o exposto será realizada também a pesquisa do campo na Guiné-Bissau, na cidade de Bissau, concomitantemente a entrevista, faremos análises documental em diferentes instituições públicas e privadas no sentido ver compreender em loco papel das mulheseas que passam ou estão lá. No entanto, o trabalho está em andamento, mas tem como hipóteses, as mulheres não têm as mesmas oportunidades que os homens devido a “subordinação” do lugar da mulher no processo de tomada de decisões e do desenvolvimento do país, e para a construção de uma sociedade equitativa e igualitária, e que na prática, as mulheres continuam alvos de discriminação social, isto é, fatores socioeconômicos e culturais, situações de discriminação familiar e social, fazem parte do seu cotidiano, favorecendo e/ou reforçando a naturalização das desigualdades, inclusive a de gênero. Os pressupostos analíticos e interpretativos de Oyèrónké Oyèwùmí, (2004), e dentre outras teóricas afirmam que as sociedades africanas podem ter as suas formas de relações de gênero e de estratificação social, sendo, portanto, necessária uma análise a partir das interpretações endógenas. Com algumas análises preliminar, percebe-se que há vários fatores que explicam a razão pelo qual as mulheres guineenses são tratadas de maneiras desiguais em detrimento de homens. Com isso, entendemos que a análise da participação das mulheres na luta de libertação nacional pressupõe uma articulação metodológica teórica multicausal, considerando todas as condições em que ocorrem na luta anticolonial na Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; mulheres; gênero.

UNILAB, IH, Discente, ldinajulcelopes1995@gmail.com¹
UNILAB, IH, Docente, ciencia politicahoje@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

A luta de libertação nacional na Guiné-Bissau contou com a participação massiva das mulheres contra o sistema colonial que se instalou no país. Este fato vem demonstrando a influência exercida pelas mulheres na descolonização e as suas participações em diferentes contextos da formação social bissau-guineense. Nesta linha, Peti Gomes e Candé Monteiro (2020) asseveram que durante o período do processo da luta de libertação nacional, as mulheres estavam, ativamente, ao lado dos homens na resistência ao jugo colonial em defesa das suas condições humanas, da liberdade política, econômica, social e cultural em prol da independência da Guiné e Cabo Verde. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), “no seu Programa de Ação, estabeleceu a igualdade entre os homens e as mulheres na construção duma sociedade equitativa, afirmando que os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas”.

Se considerar o contexto cultural e sócio-político da época, estas políticas traduziram-se numa inovação no seio do partido em relação ao estatuto da Mulher na esfera pública e política (PATRÍCIA GOMES, 2017, p.73). As mulheres guineenses foram exemplos de emancipação no contexto da luta de libertação nacional. Com o fito de reforçar a competência feminina foi criada, em Conacri, em junho de 1961, a UDEMU2 - União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo-Verde, ainda antes do início da luta armada. A UDEMU tinha como principal tarefa a mobilização das mulheres, o seu enquadramento político no processo da luta de libertação, da participação política e socioeconômica.

Após a luta de independência e, conseqüentemente, a independência do país declarada em 1973, a maioria das mulheres foi relegada ao segundo plano e afastadas de cargos políticos importantes do país, este fato, faz com que as mulheres voltassem a uma posição de “subordinação”, sendo, portanto, entendidas como as mais vulneráveis em detrimento dos homens. Assim sendo, foram direcionadas para o setor aos cuidados dos filhos, da família, do trabalho doméstico e da casa (PATRÍCIA GOMES, 2016, 2017; PETI GOMES e CANDÉ MONTEIRO, 2020; IMC, 2010).

É importante salientar que as mulheres foram submetidas a várias formas de violências durante e após o período da luta colonial, em que sofreram abusos sexuais, agressões físicas e psicológicas e dentre outras práticas discriminatórias. No entanto, olhando para a situação cultural e sócio-política, o país atravessou as cíclicas crises políticas, econômicas, militares e sociais, o que constitui como um obstáculo à estabilidade política no país. Numa linha análoga, percebe-se que a construção de uma “nova sociedade” com base na equidade de gênero tal como estabelecido no Programa de Ação do PAIGC, deveria ter constituído a base para edificar as estruturas do novo Estado e garantir o funcionamento das instituições com base no equilíbrio de gênero, dando deste modo a continuidade das ações iniciadas durante a luta armada (PATRÍCIA GOMES, 2017).

METODOLOGIA

Considerando a proposta e com o objetivo do nosso trabalho optamos por método qualitativo de caráter exploratório. Para a coleta dos dados, estamos utilizando a pesquisa bibliográfica, fazendo o levantamento dos textos como, por exemplo, livros, artigos, monografias, dissertações, teses e dentre outros e as análises dos conteúdos. Será realizada uma pesquisa na Guiné-Bissau na cidade de Bissau, adotaremos a entrevista semiestruturada. Faremos análises documental em diferentes instituições públicas e privadas no sentido ver compreender em loco papel das mulheres que passam ou estão lá.

Outrossim, utilizaremos caderno de campo, celular e as câmeras para gravar as nossas entrevistas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização desta pesquisa os resultados e discussões que obtivemos até então, é que pesquisadoras feministas com perspectiva analítica ocidental eurocêntrica, usam o termo “gênero” como o protótipo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria mulher e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural e política (OYĚWÙMÍ, 2004). Do ponto de vista da reflexão africana, em particular, no caso guineense, os debates sobre gênero ainda constituem um trabalho a ser feito. No país, ainda que as mulheres constituíssem a maioria da população e a sua participação no processo de independência fosse um fato objetivo e imprescindível, a criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde – UDEMU – na vizinha Guiné-Conacri, em 1961, não contou, na verdade, com a participação equitativa da maioria das mulheres guineenses. Boa parte delas, sobretudo, as que se encontravam estabelecidas nas mais remotas comunidades rurais, acabaram por ficar à margem da organização feminina do PAIGC, a mesma que supostamente foi criada para responder aos seus anseios (PATRÍCIA GOMES, 2016).

No que se refere as atividades monetárias, Handem & Camará, (2005) asseveram que na Guiné-Bissau, o impacto das atividades da economia “informal” na coesão social e na resolução dos problemas familiares e, sobretudo, atenuação dos conflitos latentes que a pobreza e a exclusão social fazem surgir é imensurável. Ainda salientam que, num país como a Guiné-Bissau, onde o Estado não consegue honrar com os seus compromissos básicos, inclusive o pagamento regular dos salários, estima-se que cerca de 70% da população ativa opera no sector informal. A maioria das famílias depende direta ou indiretamente do setor informal para a sua sobrevivência, estes trabalhos são exercidos muitas vezes pelas mulheres que “labutam” diariamente no ganha-pão (HANDEM & CAMARÁ, 2005 apud CAMARÁ, 2011). Na mesma linha de arguição acrescenta que, o sector informal nacional é caracterizado por um variado leque de atividades praticadas por diferentes actores: o simples vendedor ambulante, passando pelos coladores de roda, pequenos ateliês de venda de comida e roupas, oficinas de reparação de carros, pequenas bideiras, estruturas de transferência de dinheiro, engraxadores de sapatos, transportadores manuais de mercadorias, proprietários de transporte público, artesãos de madeira ou metais, cabeleireiros, etc (CAMARÁ, 2011, p.3).

Na Guiné-Bissau as mulheres representam 51% da população, mas continuam pouco representadas na esfera política (UNIOGBIS, 2016). A noção de participação política é um conceito polissêmico no campo científico que abordam às questões ligadas à participação política na medida em que inclui um conjunto de estruturas, práticas, atividades e atores orientados para a influência dos seus interesses, mediante processos políticos nos quais se implicam. As influências podem ser positivas ou negativas, dependendo do ponto de vista analítico e interpretativo de cada investigador/a. Neste pressuposto, a participação política pode ser concebida como um “ [...] espaços das decisões políticas nem sempre inclusivas e satisfatórias, cujo protagonismo dos partidos políticos enviesa o sentido do conceito de poder, no sentido de reciprocidade das relações humanas” (BARROS; SEMEDO, 2013, p.42). A disposição do gênero feminino no contexto social da Guiné-Bissau está alicerçada a uma estrutura social patriarcal, a qual produz e reforça mecanismos discriminatórios que tanto estabelecem quanto justificam a primazia do homem em relação à mulher no cenário político guineense (BRITTO, 2018). Este sistema patriarcal é reproduzido por mecanismos culturais de valorização e de socialização que justificam a predominância do homem em relação à mulher e da exclusão das mulheres de determinado papel social considerado como exclusivo do homem. Entre estes instrumentos encontram-se os mitos, os estereótipos, as leis consuetudinárias e os rituais de passagem que levam a determinadas práticas sociais, geralmente em desfavor da mulher (SANTOS, 2014). Essas situações



levam “a uma falta de políticas sensíveis a gênero - uma lacuna que pode contribuir, dentre outros problemas, para a recorrência da violência, já que as mulheres são excluídas do processo político” (ABDENUR, 2017, s/p).

As mulheres guineenses são isoladas nos assuntos políticos antes e depois da abertura política até os dias atuais. Esta situação deve-se ao fato do pluralismo político ter-se pouco favorável à solidariedade feminina, de um lado; e, por outro, a inaplicabilidade de algumas leis que garantam uma certa percentagem das mulheres nos órgãos de tomada de decisões; a falta das informações por parte das mulheres sobre as possibilidade e oportunidades que a lei lhes oferece; a falta de confiança dos partidos nas mulheres em obter mais votos e/ou serem eleitas; o analfabetismo, a feminização da pobreza, o fracasso poder econômico das mulheres contribuem para colocar as mulheres nos lugares em que se encontram atualmente no país (PETI GOMES & CANDÉ MONTEIRO, 2020).

CONCLUSÕES

Conforme as leituras feitas, percebe-se que fica evidente o importante papel que as mulheres exerceram durante e após a luta de libertação e ainda hoje durante o impasse político-social e econômica que assola o país no seu todo. Todavia, elas permanecem sub-representadas no âmbito político e subjugadas em um ordenamento social marcado pelo patriarcado que ainda as colocam num lugar “subalterno”. Isso tanto dificulta a efetiva atuação dos grupos liderados por Na realização desta pesquisa os resultados e discussões que obtivemos até então, é que pesquisadoras feministas com perspectiva analítica ocidental eurocêntrica, usam o termo “gênero” como o protótipo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria mulher e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural e política (OYĚWŪMÍ, 2004). Do ponto de vista da reflexão africana, em particular, no caso guineense, os debates sobre gênero ainda constituem um trabalho a ser feito. No país, ainda que as mulheres constituíssem a maioria da população e a sua participação no processo de independência fosse um fato objetivo e imprescindível, a criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde - UDEMU - na vizinha Guiné-Conacri, em 1961, não contou, na verdade, com a participação equitativa da maioria das mulheres guineenses. Boa parte delas, sobretudo, as que se encontravam estabelecidas nas mais remotas comunidades rurais, acabaram por ficar à margem da organização feminina do PAIGC, a mesma que supostamente foi criada para responder aos seus anseios (PATRÍCIA GOMES, 2016).

No que se refere as atividades monetárias, Handem & Camará, (2005) asseveram que na Guiné-Bissau, o impacto das atividades da economia “informal” na coesão social e na resolução dos problemas familiares e, sobretudo, atenuação dos conflitos latentes que a pobreza e a exclusão social fazem surgir é imensurável. Ainda salientam que, num país como a Guiné-Bissau, onde o Estado não consegue honrar com os seus compromissos básicos, inclusive o pagamento regular dos salários, estima-se que cerca de 70% da população ativa opera no sector informal. A maioria das famílias depende direta ou indiretamente do setor informal para a sua sobrevivência, estes trabalhos são exercidos muitas vezes pelas mulheres que “labutam” diariamente no ganha-pão (HANDEM & CAMARÁ, 2005 apud CAMARÁ, 2011). Na mesma linha de arguição acrescenta que, o sector informal nacional é caracterizado por um variado leque de atividades praticadas por diferentes actores: o simples vendedor ambulante, passando pelos coladores de roda, pequenos ateliês de venda de comida e roupas, oficinas de reparação de carros, pequenas bideiras, estruturas de transferência de dinheiro, engraxadores de sapatos, transportadores manuais de mercadorias, proprietários de transporte público, artesãos de madeira ou metais, cabeleireiros, etc (CAMARÁ, 2011, p.3).



Na Guiné-Bissau as mulheres representam 51% da população, mas continuam pouco representadas na esfera política (UNIOGBIS, 2016). A noção de participação política é um conceito polissêmico no campo científico que abordam às questões ligadas à participação política na medida em que inclui um conjunto de estruturas, práticas, atividades e atores orientados para a influência dos seus interesses, mediante processos políticos nos quais se implicam. As influências podem ser positivas ou negativas, dependendo do ponto de vista analítico e interpretativo de cada investigador/a. Neste pressuposto, a participação política pode ser concebida como um “ [...] espaços das decisões políticas nem sempre inclusivas e satisfatórias, cujo protagonismo dos partidos políticos enviesa o sentido do conceito de poder, no sentido de reciprocidade das relações humanas” (BARROS; SEMEDO, 2013, p.42). A disposição do gênero feminino no contexto social da Guiné-Bissau está alicerçada a uma estrutura social patriarcal, a qual produz e reforça mecanismos discriminatórios que tanto estabelecem quanto justificam a primazia do homem em relação à mulher no cenário político guineense (BRITTO, 2018). Este sistema patriarcal é reproduzido por mecanismos culturais de valorização e de socialização que justificam a predominância do homem em relação à mulher e da exclusão das mulheres de determinado papel social considerado como exclusivo do homem. Entre estes instrumentos encontram-se os mitos, os estereótipos, as leis consuetudinárias e os rituais de passagem que levam a determinadas práticas sociais, geralmente em desfavor da mulher (SANTOS, 2014). Essas situações levam “a uma falta de políticas sensíveis a gênero - uma lacuna que pode contribuir, dentre outros problemas, para a recorrência da violência, já que as mulheres são excluídas do processo político” (ABDENUR, 2017, s/p).

As mulheres guineenses são isoladas nos assuntos políticos antes e depois da abertura política até os dias atuais. Esta situação deve-se ao fato do pluralismo político ter-se pouco favorável à solidariedade feminina, de um lado; e, por outro, a inaplicabilidade de algumas leis que garantam uma certa percentagem das mulheres nos órgãos de tomada de decisões; a falta das informações por parte das mulheres sobre as possibilidade e oportunidades que a lei lhes oferece; a falta de confiança dos partidos nas mulheres em obter mais votos e/ou serem eleitas; o analfabetismo, a feminização da pobreza, o fracasso poder econômico das mulheres contribuem para colocar as mulheres nos lugares em que se encontram atualmente no país (PETI GOMES & CANDÉ MONTEIRO, 2020).

mulheres quanto impede que o país usufrua de políticas direcionadas à promoção da igualdade de gênero e da equidade de representatividade nos lugares de tomada de decisões.

A permanente invisibilidade a que estão sujeitas as mulheres no discurso, a negação sistemática da sua singularidade com efeitos nocivos na configuração da sua identidade e a sistemática limitação das oportunidades no acesso aos recursos necessários para que a mulher obtenha a igualdade de participação nas decisões, também se afiguraram como condicionantes desta prática. Nesse sentido, há uma necessidade de incentivar a consolidação de políticas públicas visando a maior inserção e participação das mulheres em todas as esferas, com particular destaque para a política, uma área onde a participação da mulher é ainda pouco expressiva.

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao meu grandíssimo orientador pela generosidade e apoio, agradecer também o PROPPG 04/2021 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica(PIBIC/CNPq/UNILAB) por me conceder a bolsa.

REFERÊNCIAS



ABDENUR, Adriana Erthal. Quebrando o Gelo em Guiné Bissau: O papel das mulheres na Prevenção de Conflitos. Instituto Igarapé: 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3svwTWq>. Acesso: 20 de out. de 2021.

BARROS, Miguel; SEMEDO, Odete. A Participação das Mulheres na Política e na Tomada de Decisões na Guiné-Bissau. Da consciência, percepção à prática política. 2013.

BRITTO, Maria Paula Cunha. "Quebrando o gelo": A participação das mulheres no processo de manutenção da paz na Guiné Bissau. Puc Minas: 2018. Disponível em: <https://bit.ly/32qenV0>. Acesso: 13 nov. de 2021.

BRITTO, Maria Paula Cunha. "Quebrando o gelo": A participação das mulheres no processo de manutenção da paz na Guiné Bissau. Puc Minas: 2018. Disponível em: <https://bit.ly/32qenV0>. Acesso: 18 jan. de 2022.

CAMARÁ, S. T. Lumo - Estatuto, funcionamento e organizações dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau: estudo de no lumo de Mafanco. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes¹. Africa Development, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2016.

GOMES, Patrícia Godinho. A Mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: Excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. Africa Development, v. 41, n. 3, p. 71-95, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v0In76>. Acesso: 20 de fev. de 2022.

GOMES, Peti Mama; CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. Os desafios da lei de paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau. Cadernos de África Contemporânea, v. 3, n. 6, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rn2Twt> /acesso no dia 20 de nov. de 2021.

INSTITUTO DA MULHER E CRIANÇA (IMC). Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução 1325. Bissau: IMC, 2010.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1-10, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Ngr299> /. Acesso: 13 de janei. de 2022.

SANTOS, Sara Isabel Palma. O papel das mulheres nos processos de (re)construção da paz. O caso da Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus). escola das ciências sociais, departamento de economia. universidade de évora, évora: 2014.

UNIOGBIS. Na Guiné-Bissau as mulheres é que garantem o sustento da família. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dygAnT> /Acesso em: 18 de dezemb. de 2021.